

ATA DA 22ª (VIGÉSIMA SEGUNDA) SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARAISÓPOLIS, REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2021.

Aos trinta e um dias do mês de maio do ano de 2021 (dois mil e vinte e um), nesta cidade de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no local e hora de costume, reuniu-se a Câmara Municipal de Paraisópolis, em sua 22ª (vigésima segunda) Sessão Ordinária, sob a Presidência do Vereador José Ildeu de Castro e secretariado pelo Vereador Fábio Lucas Carlos. A seguir, feita a chamada, constatou-se a presença dos Vereadores: Antônio José da Silva, Ademar Guimarães do Prado, Antonio Felix Teixeira Neto, Alfredo Faria Lopes de Paiva, Marcos José das Neves, Rômulo Lúcio Rosa e José Aparecido Siqueira Campos. Havendo o número legal de 09 (nove) Vereadores, conforme assinaturas apostas no livro de presença nº 14 (quatorze), folha nº 17 (dezessete), o Sr. Presidente declarou aberta a presente sessão. **Expediente:** Pelo Sr. Secretário foram lidas as seguintes correspondências: Ofício nº 272/2021, do Executivo Municipal, encaminhando respostas ao Requerimento nº 119/2021, de autoria do Vereador Rômulo Lúcio Rosa; Ofício nº 024/2021, da Diretoria do SAAE-Serviço Autônomo de Água e Esgoto, encaminhando respostas ao Requerimentos nº 116/2021, nº 117/2021 e nº 118/2021 de autoria do Vereador Rômulo Lúcio Rosa; Ofício nº 009/2021, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, solicitando a indicação de representante titular; Ofício nº 0235/2021, da Representação da Gerência de Governo. Pelo Sr. Secretário foram lidos e encaminhados às Comissões Permanentes para análise e emissão de Parecer da seguintes proposições: **Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 18/2021**, que: “Dispõe sobre a

utilização de caçambas metálicas estacionárias coletoras de entulho no Município de Paraisópolis, e dá outras providências”, encaminhado pelo Executivo Municipal através da Mensagem nº 20/2021; **Emendas Modificativas ao Projeto de Lei nº 20/2021**, que: “Institui o Conselho de Proteção e Defesa dos Animais do Município, e dá outras providências, encaminhado pelo Executivo Municipal através da Mensagem nº 21/2021. Pelo Sr. Secretário foram lidos e encaminhados ao Executivo Municipal para as possíveis providências, as seguintes proposições: Indicação nº 103/2021, de autoria do Vereador Ademar Guimarães do Prado, solicitando ao Executivo Municipal, providências junto ao departamento competente da Prefeitura Municipal, no sentido de que seja estudado a possibilidade de incluir no cronograma de obras da Prefeitura Municipal a construção de uma quadra esportiva para atender a Escola Municipal “Conceição Adair”, situada no Bairro Alto dos Fernandes, em um terreno de propriedade do Município que está localizado ao lado da referida escola. Outrossim, solicita que seja realizada manutenção na quadra esportiva situada na Vila Frei – Orestes, estendendo com a benfeitoria nas demais quadras municipais que se encontram deterioradas; Indicação nº 104/2021, de autoria do Vereador Marcos José das Neves, solicitando ao Executivo Municipal, providências junto ao departamento competente, no sentido de proceder com o aterramento de manilhas para escoamento de águas pluviais em um trecho de estrada do Bairro da Lagoa, que passa pelo quintal de propriedade do Senhor Geraldo José Coelho; Indicação nº 105/2021, de autoria do Vereador Marcos José das Neves, solicitando ao Executivo Municipal, providências junto ao departamento competente, no sentido de proceder com melhorias na pavimentação em um trecho que faz acesso ao Bairro dos Inácios. A benfeitoria se faz necessária, tendo em vista que as pedras colocadas na estrada de servidão tornam o local intransitável em períodos chuvosos, impossibilitando o acesso de veículos, conforme imagem anexa. Outrossim,

solicita que seja realizada uma limpeza no referido bairro, com a retirada de lixos, entulhos e matos; Indicação nº 106/2021, de autoria do Vereador Marcos José das Neves, solicitando ao Executivo Municipal, providências junto ao departamento competente, no sentido de incluir no cronograma de obras da Prefeitura Municipal a recuperação e manutenção no calçamento do Distrito Industrial – DIMP que se encontra tomado por buracos, conforme imagem anexa; Indicação nº 107/2021, de autoria do Vereador Marcos José das Neves, solicitando ao Executivo Municipal, providências junto ao departamento competente, no sentido de proceder com a troca de manilhas atrás do campo de futebol situado no Distrito de Costas, que há muito tempo encontram-se quebradas, conforme imagem anexa. A benfeitoria se faz necessária, tendo em vista que as condições atuais oferecem riscos aos usuários do referido campo. Pelo Sr. Secretário foi lida e encaminhada em 3ª (terceira) e última fase de discussão e votação, a seguinte proposição: **Projeto de Lei nº 16/2021, que:** “Estabelece diretrizes gerais para a elaboração do orçamento do município para o exercício de 2022 e dá outras providências”. Pelo Sr. Secretário foi lida e encaminhada em 2ª (segunda) e última fase de discussão e votação, a seguinte proposição: **Projeto de Resolução nº 03/2021, que:** “Dispõe sobre a denominação de SEBASTIÃO AGRIPINO TEIXEIRA (VASCÃO) ao Auditório da Câmara Municipal de Paraisópolis”, de autoria da Câmara Municipal. Pelo Sr. Secretário foram lidas e encaminhadas em 2ª (segunda) fase de discussão e votação, as seguintes proposições: **Projeto de Lei nº 18/2021, que:** “Dispõe sobre a utilização de caçambas metálicas estacionárias coletoras de entulho no Município de Paraisópolis, e dá outras providências”; **Projeto de Lei nº 20/2021, que:** “Institui o Conselho de Proteção e Defesa dos Animais do Município de Paraisópolis, e dá outras providências”; **Projeto de Lei nº 22/2021, que:** “Autoriza abertura de crédito suplementar ao orçamento vigente, e dá outras providências”; **Projeto de Lei nº 23/2021, que:** “Dá nova

redação ao art. 4º da Lei nº 2.159, de 1º de outubro de 2009, e dá outras providências”; **Projeto de Lei Complementar nº 05/2021**, que: “Acrescenta o art. 135-A à Lei Complementar nº 80, de 23 de dezembro de 2014 – Código Tributário do Município de Paraisópolis, e dá outras providências”. Pelo Sr. Secretário foram lidas e encaminhadas em 1ª (primeira) fase de discussão e votação, as seguintes proposições: **Projeto de Lei nº 24/2021**, que: “Ratifica o Protocolo de Intenções e autoriza o ingresso do Município de Paraisópolis em Consórcio Intermunicipal, e dá outras providências”, de autoria do Executivo Municipal; **Projeto de Lei nº 25/2021**, que: “Dá nova redação a Ementa e ao art. 1º da Lei nº 2.595, de 12 de setembro de 2018, e revoga o seu art. 5º e dá outras providências”, de autoria do Executivo Municipal; **Projeto de Lei nº 26/2021**, que: “Autoriza o Município de Paraisópolis a contratar com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A – BMDG, operações de crédito com outorga de garantia, e dá outras providências”, de autoria do Executivo Municipal; **Projeto de Lei nº 27/2021**, que: “Dispõe sobre a criação da Brigada Municipal de Paraisópolis, e dá outras providências, de autoria do Executivo Municipal; **Projeto de Lei nº 28/2021** “Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 2.163, de 12 de novembro de 2009, e dá outras providências”, de autoria do Executivo Municipal; **Projeto de Lei nº 29/2021**, que: “Institui o Fundo Municipal de Trânsito, cria o Conselho Municipal de Trânsito, e dá outras providências”, de autoria do Executivo Municipal; **Projeto de Lei Complementar nº 07/2021**, que: “Altera a Lei Complementar Nº 22, de 02 de janeiro de 2002 que contém o Código de Posturas Municipais, de autoria do Executivo Municipal. Pelo Sr. Secretário foram lidos em única fase de discussão e votação as seguintes proposições: Requerimento nº 124/2021, de autoria do Vereador Rômulo Lúcio Rosa; Requerimento nº 125/2021, de autoria do Vereador Rômulo Lúcio Rosa; Requerimento nº 126/2021, de autoria do Vereador Alfredo Faria Lopes de Paiva; Requerimento nº 127/2021, de autoria do Vereador

José Aparecido Siqueira Campos; Requerimento nº 128/2021, de autoria do Vereador Rômulo Lúcio Rosa; Requerimento nº 129/2021, de autoria do Vereador José Aparecido Siqueira Campos. Tribuna livre: Sr. Francisco Carlos Pereira, Presidente do Asilo São Vicente de Paulo. Findo a leitura do Expediente, o Sr. Presidente consultou os Vereadores sobre a possibilidade de antecipar a uso da Tribuna Livre, para o Presidente do Asilo São Vicente de Paulo, Sr. Francisco Carlos Pereira, a fim de prestar esclarecimentos acerca de informar as condições em que se encontra o Asilo. Tendo em vista que o Regimento Interno determina que a Tribuna Livre será utilizada após o término dos trabalhos da sessão. Consultado cada Vereador, ficou deliberada, por maioria de votos, a antecipação da Tribuna Livre. Sendo assim, o Sr. Presidente convidou o Sr. Francisco Carlos Pereira, para fazer uso da Tribuna. Em seu pronunciamento, em resumo, Sr. Francisco Carlos Pereira, agradeceu a oportunidade de estar apresentando os trabalhos realizados no Asilo São Vicente de Paulo. Em seguida, através da apresentação de slides, contou a história da fundação do Asilo de Paraisópolis. Diante disso, falou que atualmente a instituição acolhe 33(tinta e três) idosos. Que a principal fonte de renda é o benefício que os internos recebem, assim como, subvenções encaminhadas pela Prefeitura Municipal, recursos recolhidos dos aluguéis de imóveis de propriedade da instituição, doações de pessoas físicas e jurídicas e arrecadações diante a realização de eventos. Na sequência, apresentou as despesas que a instituição possui. Diante disso, explanou os trabalhos realizados pelos funcionários, citando a quantidade em média dos produtos consumidos pela instituição. Apresentou fotos das instalações do local, assim como, os projetos de melhoria. Falou dos recursos encaminhados através de emendas parlamentares. Nesse sentido agradeceu os Deputados Prof. Cleiton, Deputado Dalmo, Deputado Ulisses e Deputado Tito Torre. Por fim, falou do Programa “Seja Amigo do Asilo”, o qual busca parceiros para auxiliar a instituição. Usando a palavra Vereador

Alfredo Faria Lopes de Paiva. Ao agradecer a presença do Presidente do Asilo, o indagou sobre a situação financeira no momento que o mesmo assumiu o cargo. Em resposta, Sr. Francisco Carlos Pereira, disse que encontrou dificuldades, visto que, havia muitas contas atrasadas. Ao retomar a palavra, Vereador Alfredo Faria Lopes de Paiva, questionou seu antecessor, sobre qual seria a maior necessidade da instituição, para que a mesma continue realizando seus trabalhos. Em resposta, o Presidente do Asilo informou que diante dos auxílios recebidos, o atual momento é de tranquilidade. Mas, que a partir do próximo mês, haverá a necessidade de aquisição de itens de higiene pessoal, visto que, o estoque irá acabar. Vereador Alfredo Faria Lopes de Paiva, questionou o Sr. Francisco Carlos Pereira, quanto o valor da subvenção encaminhada pela Prefeitura Municipal, e se o mesmo é suficiente diante as necessidades da instituição. Ao responder, o Presidente do Asilo citou o referido valor, dizendo que o mesmo foi antecipado, para que no momento da posse da nova mesa diretora, os mesmos tivessem condições de iniciar os trabalhos, porém, falou que o valor não é suficiente. Diante disso, Vereador Alfredo Faria Lopes de Paiva, indagou sobre qual seria o valor suficiente. Em resposta, Sr. Francisco Carlos Pereira, informou que diante da contabilidade e experiências trocadas com antecessores, disse que as subvenções cobrem a folha de pagamento dos funcionários. Que as demais despesas, são geridas pelo benefício dos internos. Diante disso, citou o valor referente a folha de pagamento dos funcionários. Fez uso da palavra Vereador Marcos José das Neves. Questionou o Sr. Francisco Carlos Pereira, se a instituição recebe auxílio dos Municípios vizinhos, visto que, o Asilo recebe seus conterrâneos. Em resposta, Presidente da Instituição informou que atualmente não são recebidos auxílios dos Municípios vizinhos, mas, que irá solicitar reunião com os respectivos Prefeitos Municipais, para uma possível análise. Vereador Marcos José das Neves, ao retomar a palavra, indagou seu

antecessor, quanto as dívidas da gestão administrativa passada. Em resposta, Sr. Francisco Carlos Pereira, disse que o processo está sendo conduzido. Ressaltou que a dívida mais preocupante, a qual foi parcelada, é relacionada ao Sindicato. Explanou que atualmente não há dívidas com fornecedores, e demais obrigações relacionadas aos direitos trabalhistas. Informou, que está sendo realizada a venda de imóvel de propriedade da instituição, sendo que, o valor arrecado será utilizado no pagamento da referida dívida. Usando a palavra Vereador Antônio José da Silva. Comentou sobre relatos de que os internos estavam tomando banho em água fria. Diante disso, questionou ao Presidente do Asilo, qual seria o diferencial em sua administração. Em resposta, Sr. Francisco Carlos Pereira, falou que o fato citado ocorreu no início de seu mandato. Que após a informação repassada durante o primeiro dia de trabalho, conseguiu juntamente com benfeitores, a doação de chuveiros. Nesse sentido, comentou a manutenção dada ao portão da entrada, o qual a anos não funcionava. Ao retomar a palavra, Vereador Antônio José da Silva, ressaltou que quando há comprometimento, o serviço é bem realizado. Fez uso da palavra Vereador Antonio Felix Teixeira Neto. Agradeceu a apresentação realizada pelo Presidente do Asilo. Comentou que devido a pandemia, as instituições estão se queixando quanto a falta de doações. Diante disso, questionou o Presidente da Instituição, se o local está recebendo doações. Ao responder, Sr. Francisco Carlos Pereira, disse que a situação ocorre no Asilo São Vicente de Paulo. Que as doações diminuíram, principalmente de recursos financeiros. Explanou que durante o lançamento do Programa Amigos do Asilo, arrecadou-se bons recursos, mas que, atualmente buscam resgatar colaboradores. Nesse sentido, falou da campanha realizada pelo Supermercado Unissul “Troco Solidário”, assim como, as campanhas de arrecadação de mantimentos. Vereador Antonio Felix Teixeira Neto, ao retomar a palavra, comentou o Projeto de Lei votado no corrente ano, que de forma emergencial foi aprovado, cuja a matéria, era

referente ao aumento da subvenção para a instituição. Nesse sentido, indagou o Presidente do Asilo, questionando se caso não ocorresse o aumento da subvenção, os valores anteriormente repassados seriam suficientes para manter o local. Sr. Francisco Carlos Pereira, ao responder, disse que o valor anteriormente encaminhado não seria suficiente. Disse ainda, que caso o valor da subvenção diminua, estará colocando em risco a existência da entidade. Ao retomar a palavra Vereador Antonio Felix Teixeira Neto, indagou seu antecessor, quanto à capacidade total da instituição. Presidente do Asilo, em resposta, falou que no presente momento não há vagas disponíveis. Porém, disse que a instituição possui uma grande área, na qual, poderia ser ampliado. Mas, que não possuem recursos financeiros para custear as obras. Usando a palavra Vereador Fábio Lucas Carlos. Manifestou-se satisfeito com a clareza e a objetividade das informações apresentadas. Comentou que diante das perguntas ora realizadas, suas dúvidas foram sanadas. Diante disso, ressaltou a importância de buscar das Prefeituras Municipais vizinhas, recursos a serem destinados ao Asilo São Vicente de Paulo. Manifestou ainda, sua satisfação quanto a qualidade de vida oferecida aos internos. Nesse sentido, citou o projeto de recreação. Em seguida, indagou o Sr. Francisco Carlos Pereira, quanto as doações financeiras, de mantimentos e de produtos de higiene pessoal, que os munícipes realizam. Em resposta, o Presidente do Asilo comentou que no último mês houve aumento das doações. Explanou que as doações de mantimentos, são transformadas em espécie, e que posteriormente são lançadas a contabilidade. Ao retomar a palavra, Vereador Fábio Lucas Carlos, disse que diante da população do Município, se cada um contribuísse, faria uma grande diferença a instituição. Ao retomar a palavra, Sr. Francisco Carlos Pereira, comentou que devido a pandemia, as visitas foram suspensas. Que a Prof. Eliane, realiza trabalhos de recreação com os internos, a fim de complementar a ausência de seus familiares. Fez uso da palavra, Vereador

José Aparecido Siqueira Campos. Ao agradecer a presença do Sr. Francisco Carlos Pereira, disse que os Vereadores estão à disposição da instituição. Em seguida, questionou o mesmo, quanto a contratação de nutricionista. Ao responder, Presidente do Asilo informou que a contratação de um nutricionista é necessária diante das normas estabelecidas. Mas, que a instituição não possui condições financeiras para realizar a contratação do (a) profissional. Vereador José Aparecido Siqueira Campos, ao retomar a palavra, comentou das festas que a instituição organizava. Disse que, diante das fotos apresentadas, verifica-se que a estrutura física do local está necessitando de reparos. Diante disso, falou que como Vereador e como Construtor, está à disposição do Asilo. Informou ao Sr. Francisco Carlos Pereira, que elaborará indicações a serem encaminhadas ao Executivo Municipal, solicitando que a Prefeitura Municipal disponibilize nutricionista para prestar atendimento ao Asilo, por um determinado período. Nesse sentido, questionou ao Presidente da Instituição, se caso a Prefeitura Municipal encaminhe funcionários para a realização das obras de manutenção, a instituição terá condições de adquirir os materiais que serão utilizados. Em resposta, Sr. Francisco Carlos Pereira, informou que no momento a instituição não possui recursos financeiros. Ao retomar a palavra, Vereador José Aparecido Siqueira Campos, solicitou ao Sr. Francisco Carlos Pereira, que realizasse uma explanação sobre a organização das festividades da OPIS-Olimpíada de Paraisópolis de Inverno e Solidariedade. Ao realizar a explanação, o Presidente do Asilo disse que a arrecadação ajuda a instituição a cobrir o déficit dos meses futuros. Comentou que será solicitado ao Executivo Municipal, a concessão do espaço do Poliesportivo Municipal, durante a realização das festividades, visto que, o local é logisticamente estratégico. Que após selecionado o cardápio, o mesmo foi encaminhado a Empresa Aptiv, a qual a partir de gincana entre os funcionários, irá recolher os referidos mantimentos. Falou sobre a necessidade dos voluntários durante

as festividades da OPIS. Vereador José Aparecido Siqueira Campos, ao retomar a palavra, colocou à disposição o uso da tribuna, para que as demais Instituições possam apresentar os trabalhos realizados. Diante disso, manifestou sua satisfação ao ver que diante das dificuldades, há empenho nos serviços prestados aos internos. Usando a palavra Vereador Rômulo Lúcio Rosa. Iniciou indagando o Sr. Francisco Carlos Pereira, quanto o cargo que o mesmo ocupava durante a gestão próxima passada. Ao responder, o Presidente da Instituição informou que durante os dois últimos mandatos, ocupou o cargo de Vice-Presidente. Diante disso, Vereador Rômulo Lúcio Rosa, questionou sobre os gastos da instituição no período do ano 2014 (dois mil e quatorze). Ao responder, Sr. Francisco Carlos Pereira, falou que não possui tais informações. Mas, que durante o período ora citado, a instituição possuía condições de organizar vários eventos, os quais arrecadavam recursos. Que após findar o mandato do Presidente, Sr. Dalmo, não foram realizados eventos para tais fins. Diante disso, falou que o valor mencionado por seu antecessor, poderia ter sido utilizado para cobrir os déficits dos meses seguintes. Ao retomar a palavra, Vereador Rômulo Lúcio Rosa, questionou sobre os valores recebidos, quanto a concessão de terreno utilizado para a instalação de torre de transmissão da Operadora Vivo. Se o referido terreno foi vendido, e por qual valor. Em resposta, o Presidente do Asilo informou que a referida concessão foi encerrada, pois o terreno foi vendido. Que acredita que os recursos recolhidos diante a venda, foram utilizados para o pagamento dos saldos negativos da instituição, assim como, os pagamentos referentes aos acertos coletivos dos funcionários que haviam sido dispensados. Informou ainda, que desconhece o valor recebido da venda do terreno. Vereador Rômulo Lúcio Rosa, indagou o Presidente da Instituição, sobre as casas e os lotes de propriedade do Asilo São Vicente de Paulo. Em resposta, Sr. Francisco Carlos Pereira, disse que a instituição possui sete imóveis, aos quais estão alugados. Ao retomar a palavra, Vereador Rômulo

Lúcio Rosa, ao se referir a filantropia da instituição, questionou se a mesma recebe isenção nas contas de água e luz. Em resposta, o Presidente do Asilo, informou que a instituição é isenta da cobrança de água, e quanto as contas de luz, as mesmas são devidamente pagas. Ao retomar a palavra, Vereador Rômulo Lúcio Rosa, indagou dizendo, se há funcionários públicos da Prefeitura Municipal alocados no Asilo, a fim de que os mesmos prestem serviços a instituição. Sr. Francisco Carlos Pereira, ao responder, manifestou seu anseio, relacionado a uma possível parceria entre a instituição e a Prefeitura Municipal. Disse que uma das maiores dificuldades, está relacionada a falta de motoristas. Comentou sobre a criação de uma horta comunitária, a qual poderia ajudar nas despesas da instituição, assim, como a comunidade do Bairro Alto da Glória. Porém, ressaltou a necessidade de profissional capacitado. Em seguida, Vereador Rômulo Lúcio Rosa, questionou sobre os recursos recolhidos do terreno acima citado. Que há informações, que os recursos foram utilizados na aquisição de televisores, mas que, após os mesmos serem instalados, verificou a ineficiência dos aparelhos. Diante disso, indagou se as informações são verídicas. Em resposta, Presidente do Asilo informou que desconhece tais informações. Que acredita que os recursos não foram utilizados na aquisição dos equipamentos ora citados. Ao retomar a palavra, Vereador Rômulo Lúcio, solicitou ao seu antecessor, que verifique tais informações e as encaminhem através de ofício. Em resposta, Sr. Francisco Carlos Pereira, disse que irá providenciar as informações solicitadas. Em seguida, Vereador Rômulo Lúcio Rosa, agradeceu a presença do Sr. Francisco Carlos Pereira, convidando os demais representantes das instituições municipais, para que os mesmos apresentem seus trabalhos. Estendeu seus agradecimentos ao Supermercado Unissul, pela campanha “Troco Solidário”, assim como todos os munícipes que contribuem com a campanha. Usando a palavra Vereador Ademar Guimarães do Prado, iniciou desejando boa sorte ao Sr. Francisco Carlos

Pereira. Em seguida, teceu comentários quanto ao relatório apresentado pelo mesmo, dizendo que os internos são bem tratados. Que os funcionários do Asilo São Vicente de Paulo possuem capacitação para a função que exercem. Quanto à necessidade referente a motoristas, comentou sobre os motoristas do setor de educação, os quais estão parados devido a suspensão das aulas presenciais. Nesse sentido, falou que acredita que o Executivo Municipal, irá tomar as providências necessárias diante da indicação do Vereador José Aparecido Siqueira Campos, a qual versa sobre a designação de motoristas a instituição. Comentou que de acordo com as perguntas realizadas pelos demais Vereadores, as dúvidas foram sanadas. Diante disso, desejou uma boa gestão ao Presidente da Instituição. Ao retomar a palavra, Sr. Francisco Carlos Pereira, comentou que, quando há necessidade de deslocamento de um interno, é realizado o agendamento com a Prefeitura Municipal. Que a dificuldade é diante das urgências. Disse ainda, que o recolhimento de doações é realizado por motoristas voluntários, mas, que nem sempre os mesmos estão disponíveis. Ao retomar a palavra, Vereador Ademar Guimarães do Prado, falou sobre a realização de reunião com o Prefeito Municipal de Paraisópolis e das demais cidades vizinhas, para que juntos possam verificar a possibilidade de auxiliar a instituição nas reformas necessárias. Fez uso da palavra Vereador José Ildeu de Castro. Comentou que muitos dos internos do Asilo São Vicente de Paulo, contribuíram para o progresso do Municípios. Em seguida, questionou o Presidente da Instituição, que durante a transição da Presidência do mandato próximo passado, o saldo era positivo, porém, o vigente mandato assumiu a instituição com o saldo negativo. Diante disso, ressaltou que os valores diferencias são expressivos. Nesse sentido, indagou o Sr. Francisco Carlos Pereira, se o conselho fiscal da instituição averiguou os fatos que ocasionaram tal situação. Questionou ainda, se o Conselho Deliberativo autorizou a venda do terreno acima citado. Em resposta, o Presidente do Asilo informou que

SSVP-Sociedade de São Vicente de Paulo, está se reestruturando. Que dentre as novas normativas, o Conselho Fiscal eleito para a vigente gestão, realizará semestralmente reuniões de prestação de contas. Quantos os fatos ocorridos no passado, falou que não possui informações para sanar a dúvida de seu antecessor. Na sequência, ao se referir da venda do imóvel, disse que está solicitando autorização para concretizar a venda. Que na época que o imóvel foi vendido, não foram observadas as regras da SSVP-Sociedade de São Vicente de Paulo. Vereador José Ildeu de Castro, ao retomar a palavra, ressaltou a importância do acompanhamento dos gastos, a fim de não perderem o controle das dívidas. Em seguida, questionou se os empresários do Município realizam doações ao Asilo São Vicente de Paulo. Sr. Francisco Carlos Pereira, ao responder seu antecessor, disse que estão buscando parcerias através do folheto “Amigos do Asilo”. Diante disso, comentou que está resgatando parcerias anteriores. Ao retomar a palavra Vereador José Ildeu de Castro, solicitou aos empresários, para que colaborem com as instituições do Município. Em seguida, citou a quantidade de dias em que foi constatado o desaparecimento dos recursos da OPIS (Olimpíada de Paraisópolis de Inverno e Solidariedade) do ano de 2018 (dois mil e dezoito). Sr. Francisco Carlos Pereira, explanou que a instituição opera todos os dias da semana, durante vinte quatro horas. Que durante a pandemia, houve aumento dos custos da instituição, pois aumentou o consumo de materiais descartáveis, máscaras, álcool gel e luvas. Comentou que nem todos os medicamentos que os internos necessitam, são ofertados pelo SUS (Sistema Único de Saúde). Mas, que a partir de parcerias com farmácias, conseguem atender todos internos. Falou ainda, sobre os itens de higiene pessoal utilizados pelos internos. Usando a palavra Vereador Antonio Felix Teixeira Neto. Questionou ao Presidente do Asilo, quanto a saúde mental dos internos. Em resposta, Sr. Francisco Carlos Pereira, disse que no momento não há profissional na área, que atua na instituição. Que há internos que

apresentam quadro de depressão. Ressaltou que a SSVP, estará no vigente ano, ministrando cursos capacitantes, quanto ao referido tema. Vereador Antonio Felix Teixeira Neto, ao retomar a palavra, comentou que uma administração transparente, traz credibilidade a instituição. Que a partir disso, poderá aumentar o número de doações. Por fim, o Presidente do Asilo São Vicente de Paulo, agradeceu a oportunidade de prestar esclarecimentos. Estendeu seus votos de agradecimentos, a todos os funcionários e parceiros. Agradeceu também, os Deputados Pr. Cleiton, Tito Torres, Ulisses e Dalmo. Falou da rifa beneficente a instituição. Finalizou, solicitando que os munícipes deem um voto de confiança a presente gestão, pois estão trabalhando em prol da instituição, garantindo a dignidade aos internos. Em seguida, Sr. Presidente agradeceu a presença do Sr. Francisco Carlos Pereira, disponibilizando o uso da Tribuna Livre, para que o mesmo a utilize quando necessário. Findo a leitura do expediente, Sr. Presidente declarou vaga a palavra, fazendo uso da mesma: em seu pronunciamento em resumo, Vereador Alfredo Faria Lopes de Paiva, iniciou suas palavras realizando uma prestação de contas, relacionadas a “Campanha sangue Corintiano”, o qual é gerido pelo Sr. Fábio Faria Pinto. Nesse sentido, comentou que o sangue coletado no Hemocentro de Pouso Alegre MG, quando necessário, é utilizado pelos idosos durante internação. Diante disso, citou os números dos candidatos que se propuseram a doar sangue. Em seguida, comentou os dados apresentados no Boletim da Covid-19. Nesse sentido, disse que apesar de estarmos na “Onda Vermelha” os dados correspondem com o período da “Onda Roxa”. Diante disso, comentou sobre o próximo feriado prolongado. Que durante este período, poderá haver a proliferação do Vírus. Comentou que durante o feriado prolongado próximo passado, foram tomadas várias medidas preventivas. Que diante da possibilidade de uma terceira onda de Covid-19, não foram tomadas atitudes, a fim de evitar novas contaminações. Nesse sentido, solicitou ao Executivo Municipal, que elabore um Decreto

Municipal, impondo medidas durante o feriado prolongado. Diante das medidas impostas pela “Onda Roxa”, referente ao fechamento dos comércios, comentou sobre os anteprojetos que aguardam análise do Executivo Municipal, os quais versão sobre pacotes de medidas financeiras destinadas aos comerciantes e trabalhadores do setor de eventos. Disse ainda, que a Prefeitura Municipal deve estar preparada caso ocorra uma terceira onda, não deixando os núcleos familiares, comerciantes e o setor de eventos desamparados. Em seu pronunciamento, em resumo, Vereador Marcos José das Neves, iniciou agradecendo a Polícia Militar e o Conselho Tutelar, os quais estiveram na praça realizando orientação contra o Covid-19. Comentou que acompanhou a operação “Tapa Buraco”, a qual foi realizada no Bairro Residencial Paraíso. Na sequência, disse que irá acompanhar o trabalho que está sendo realizado no Bairro Ribeirão das Pedras. Em seguida, solicitou ao Executivo Municipal, que tome providências na avenida da subida do Pituta, a fim de impedir que carros e caminhões estacionem no local. Que os mesmos estão danificando as calçadas, e que diante da ocorrência de chuvas, poderá gerar transtornos. Em seu pronunciamento, em resumo, Vereador Antônio José da Silva, iniciou suas palavras reiterando as palavras do Vereador Alfredo Faria Lopes de Paiva. Ao se manifestar favorável a suas palavras, comentou que questionou a Sra. Josy, Secretária da Saúde, quanto o fato da população estar se comportando como se não estivesse acontecendo nada. Que diante do feriado prolongado, a situação não irá mudar. Comentou que há cobranças sendo realizadas aos Vereadores e as demais autoridades. Porém, os mesmos que cobram, são os mesmos que não respeitam as medidas dos protocolos de saúde. Diante disso, explanou que as pessoas só darão valor, quando perderem familiares próximos. Que muitas pessoas estão interpretando como uma simples gripe, mas há muitas famílias chorando. Disse ainda, caso ocorrer a terceira onda, haverá muitos óbitos. Nesse sentido, falou que não adianta passar o dia rezando para que a

pandemia acabe, e amanhecer na rua. Em seu pronunciamento, em resumo, Vereador Antonio Felix Teixeira Neto, iniciou suas palavras comentando sobre o aumento dos casos de Covid-19. Disse que infelizmente a situação é gravíssima. Que ao verificar as condições do Hospital de Itajubá-MG, foi informado que o local não possui leitos disponíveis. Diante disso, citou o número de óbitos no Brasil e no estado de Minas Gerais. Nesse sentido, falou que em conversa com o Dr. Gabriel, médico da Policlínica Municipal, foi informado da internação de pessoas que já receberam a vacina contra o covid-19. Explanou que, os munícipes ao tomarem a vacina, relaxam diante as medidas preventivas. Ressaltou que a vacina não insenta a contaminação. Na sequência, falou da nova cepa encontrada no Município de São Paulo-SP, à qual é oriunda da Índia. Diante da proximidade com a cidade acima citada, disse que há possibilidade que a cepa chegue ao Município causando sérios problemas. Nesse sentido, solicitou aos Munícipes que mantenham os protocolos de saúde. Em seguida, comentou sobre a preocupação dos comerciantes, referente a “Terceira Onda”. Na sequência, falou sobre a aquisição de vacinas contra o Covid-19, a qual foi realizada pelo Governo do Estado. Diante das características de armazenamento da vacina adquirida, questionou se Paraisópolis já possui estrutura adequada para o armazenamento. Em seguida, falou sobre a ação conjunta, realizada durante o sábado próximo passado, em que a Polícia Militar e o Conselho Tutelar, conscientizarão os jovens que estavam se aglomerando na praça central. Ao citar a briga que presenciou, falou sobre a necessidade da presença ostensiva da Polícia Militar. Disse ainda, que os pais e responsáveis devem tentar manter os jovens em casa. Nesse sentido, comentou sobre a criação de programas de educação e lazer para os jovens, para que os mesmos possam crescer como pessoas. Ressaltou, porém, que o momento é de austeridade. Por fim, teceu um breve comentário sobre os Projetos de Lei, referente as indicações de sua autoria, os quais serão votados na presente sessão.

Explanou que os Projetos de Lei versam sobre a criação do Conselho de Proteção aos Animais, e também refere-se ao financiamento que será utilizado na aquisição de lâmpadas de led. Em seu pronunciamento, em resumo, Vereador Fábio Lucas Carlos, iniciou reiterando as palavras de seu antecessor. Quanto a trocas das lâmpadas, falou sobre as queixas dos moradores do Distrito de Costas, os quais estão com dificuldade de contatar a empresa responsável pela iluminação pública. Comentou que há no Distrito, ruas com pouca e nenhuma iluminação. Nesse sentido, disse que ao procurar a Prefeitura Municipal, a mesma através da ouvidoria, solicitou a trocas das lâmpadas via e-mail. Diante disso, falou que irá solicitar através de requerimento, informações quanto aos prazos determinados pela referida empresa. Na sequência, comentou as manutenções realizadas nas estradas dos Bairros Ribeirão das Pedras, Bairro dos Onças e demais Bairros circunvizinhos. Finalizou, falando sobre a situação do Covid-19. Ao se manifestar contra o fechamento do comércio, disse que todos possuem informações, porém, há falta de responsabilidade. Disse ainda, que a população quer jogar a culpa e o peso em cima das administrações. Que a culpa é da população que não está respeitando a gravidade da situação. Diante disso, solicitou que todos tenham consciência e empatia com o próximo. Em seu pronunciamento, em resumo, Vereador José Aparecido Siqueira Campos, iniciou suas palavras comentando sobre visita da Diretora da Creche Municipal, Sra. Alessandra Nunes de Sousa. Que a mesma, durante a sessão próxima passada, ao fazer uso da Tribuna Livre, explanou os trabalhos realizados pelo local ora mencionado. Diante disso, falou que durante os questionamentos, disse que a Creche Municipal estava apta a funcionar. Nesse sentido, explanou que ao realizar visita no local, constatou que os trabalhos de manutenção e prevenção estão sendo realizados. Diante disso, ressaltou que a partir dos problemas estruturais que o local possui, não pode dizer que o local está apto a funcionar. Em seguida, falou sobre o Plano

de Evacuação Emergencial, o qual foi citado pela Diretora da Creche Municipal. Nesse sentido, explanou que solicitará a cópia do referido Plano, assim como, informações do responsável que o elaborou. Diante disso, ressaltou que como Vereador e fiscalizador, deve repassar as informações aos munícipes. Que a partir das informações registradas em Ata, caso necessite, as mesmas estarão disponíveis. Ressaltou que como Vereador e construtor, não pode dar garantias a obra, assim como a Diretora do local. Comentou que através de requerimento, solicitará a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica). Para que os engenheiros da Prefeitura Municipal, se manifestem se as manutenções do local, o tornarão apto para funcionar. Ainda se referindo aos problemas enfrentados pela Creche Municipal, comentou que as manutenções das partes baixas da cidade, assim como a separação do esgoto e da água pluvial, não estão sendo executadas, podendo assim, ocorrer novas inundações. Por fim, manifestou a disposição da Sra. Alessandra Nunes de Sousa. Disse ainda, que irá acompanhar as obras a serem executadas na vigente semana. Em seu pronunciamento, em resumo, Vereador Rômulo Lúcio Rosa, iniciou manifestando-se favorável ao Projeto de Lei referente a aquisição das lâmpadas de Led. Nesse sentido, propôs a criação de emenda, quanto a redução da taxa de iluminação pública, visto que, as lâmpadas irão gerar economia ao Município. Em seguida, falou que de acordo com o compromisso firmado pelo Executivo Municipal, a construção do barracão a ser cedido a Empresa Aptiv, iria se findar no dia seguinte. Diante disso, questionou se haverá aplicação de multa devido o não cumprimento do prazo. Na sequência, comentou que no dia dois de fevereiro do corrente ano, realizou a doação da massa asfáltica, a qual foi utilizada na operação “Tapa Buraco”. Ressaltou que o compromisso que assume no microfone, é cumprido. Diante disso, ao agradecer os funcionários da Prefeitura Municipal pela aplicação do material, disse que a benfeitoria é para o povo. Em seguida, manifestou-se contra o Lockdown. Pois, diante do

fechamento do comércio, observou-se que os casos de covid-19 não diminuíram. Nesse sentido, saudou condolências aos familiares que perderam seus entes queridos. Ainda se ferindo a pandemia, propôs a criação do “Auxílio Emergencial de Paraisópolis”. Que os recursos a serem utilizados, poderão ser os recursos pertencentes a Casa Legislativa. Em seu pronunciamento, em resumo, Vereador Ademar Guimarães do Prado, iniciou dizendo que cada cidadão e comerciante, deve ter consciência e respeitar os protocolos de saúde contra o Covid-19. Diante disso, falou que o único remédio é a vacina. Em seguida, teceu comentários sobre a criação do estacionamento rotativo. Nesse sentido, solicitou aos munícipes, que ao irem trabalhar, procurem meios de não deixarem os veículos ocupando vagas durante todo o dia, dando assim, oportunidade a todos que necessitam se deslocarem ao centro. Na sequência, comentou sobre a indicação de sua autoria, a qual versa sobre a construção de uma quadra de esportes na escola situada no Bairro Alto dos Fernandes. Solicitou ainda, que o Executivo Municipal realize manutenção nas demais quadras esportivas dos bairros do município. Falou sobre a indicação de sua autoria, a qual solicita a realização de calçamento no Bairro Serra dos Pereiras. Diante disso, disse que a obra poderá ser realizada durante o próximo ano. Em seguida, solicitou ao Diretor do SAAE-Serviço Autônomo de Água e Esgoto, que tome as devidas providências, quanto a canalização de água a ser distribuídas as residências próximas a ETE-Estação de Tratamento de Esgoto, situada no Bairro Ponte de Ferro. Por fim, comentou que o Diretor da autarquia, está aguardando do Setor de Obras da Prefeitura Municipal, a liberação de máquina, para dar início às obras de tubulação de água pluvial do Bairro Lava Pés. Em seu pronunciamento, em resumo, Vereador José Ildeu de Castro, iniciou suas palavras, comentando sobre a falta de qualidade da manutenção realizada da Estação Ferroviária, onde se encontra o Museu Amílcar de Castro. Solicitou ainda, que sejam tomadas as devidas providências, pois, o local está sendo

invadido pelas raízes das árvores. Ressaltou a necessidade de cuidado, visto que, o local é Patrimônio do Município. Ainda se referindo ao local acima citado, falou que há um bueiro que se encontra entupido, o qual está causando transtornos nas ruas próximas. Solicitou ainda, que seja realizada manutenção na escada que dá acesso a Estação Ferroviária, pois, devido as árvores do local, a mesma está danificada. Na sequência, falou do salão construído em frente ao Museu Amílcar de Castro, o qual é utilizado como Centro de Convivência do Idoso. Ressaltou que o local necessita de manutenção. Por fim, teceu críticas ao recapeamento realizado na via da Rua Peres Benigno Toledo. Não havendo mais oradores, o Sr. Presidente iniciou a segunda parte da sessão. **Ordem do Dia:** Pelo Sr. Presidente foi submetido em 3ª (terceira) e última fase de discussão e votação, o **Projeto de Lei nº 16/2021, que:** “Estabelece diretrizes gerais para a elaboração do orçamento do município para o exercício de 2022 e dá outras providências”. Não havendo oradores, o Sr. Presidente submeteu em 3ª (terceira) e última fase de votação, o Projeto de Lei nº 16/2021, tendo sido aprovado por 08 (oito) votos. Pelo Sr. Presidente foi submetido em 2ª (segunda) e última fase de discussão e votação, o **Projeto de Resolução nº 03/2021,** que: “Dispõe sobre a denominação de SEBASTIÃO AGRIPINO TEIXEIRA (VASCÃO) ao Auditório da Câmara Municipal de Paraisópolis”, de autoria da Câmara Municipal. Usando a palavra Vereador Alfredo Faria Lopes de Paiva. Explanou que após a aprovação do Projeto, o auditório receberá o nome do Sr. Sebastião Agripino Teixeira. Diante disso, disse que é um pequeno gesto de honrar um munícipe que tanto honrou a Câmara Legislativa. Nesse sentido, solicitou ao Sr. Presidente, que após a aprovação, providencie uma placa para ser instalada no auditório, contendo as devidas informações. Não havendo mais oradores, o Sr. Presidente submeteu em 2ª (segunda) e última fase de votação, o Projeto de Resolução nº 03/2021, tendo sido aprovado por 08 (oito) votos. Pelo Sr. Presidente foi submetido em única fase de discussão e

votação, a **Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 18/2021**, que: “Dispõe sobre a utilização de caçambas metálicas estacionárias coletoras de entulho no Município de Paraisópolis, e dá outras providências”. Usando a palavra Vereador Alfredo Faria Lopes de Paiva. Comentou que durante a sessão próxima passada, foi solicitado o adiamento do presente Projeto, visto que, havia a necessidade de aplicar emendas ao mesmo. Diante disso, realizou a explanação que versa a presente emenda. Por fim, manifestou-se satisfeito com o trabalho dos demais Vereadores. Não havendo mais oradores, o Sr. Presidente submeteu em única fase de votação, o **Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 18/2021**, tendo sido aprovado por 08 (oito) votos. Após a aprovação da Emenda aditiva, pelo Sr. Presidente foi submetido em 2ª (segunda) fase de discussão e votação, o **Projeto de Lei nº 18/2021**, que: “Dispõe sobre a utilização de caçambas metálicas estacionárias coletoras de entulho no Município de Paraisópolis, e dá outras providências”. Não havendo oradores, o Sr. Presidente submeteu em 2ª (segunda) fase de votação, o Projeto de Lei nº 18/2021, tendo sido aprovado por 08 (oito) votos. Pelo Sr. Presidente foi submetido em única fase de discussão e votação, as **Emendas Modificativas ao Projeto de Lei nº 20/2021**, que: “Institui o Conselho de Proteção e Defesa dos Animais do Município de Paraisópolis, e dá outras providências”. Fez uso da palavra Vereador Antonio Felix Teixeira Neto. Explanou que as emendas visam democratizar os integrantes do Conselho de Proteção e Defesa dos Animais. Diante disso, agradeceu ao jurídico da casa, Sr. Rodrigo Braga, o qual os auxiliou durante a elaboração das emendas apresentadas. Não havendo mais oradores, o Sr. Presidente submeteu em única fase de votação, as Emendas Modificativas ao Projeto de Lei nº 20/2021, tendo sido aprovado por 08 (oito) votos. Após a aprovação das **Emendas Modificativas**, pelo Sr. Presidente foi submetido em 2ª (segunda) fase de discussão e votação, o **Projeto de Lei nº 20/2021**, que: “Institui o Conselho de Proteção e Defesa dos Animais do Município de Paraisópolis, e dá outras

providências”. Não havendo oradores, o Sr. Presidente submeteu em 2ª (segunda) fase de votação, o Projeto de Lei nº 20/2021, tendo sido aprovado por 08 (oito) votos. Pelo Sr. Presidente foi submetido em 2ª (segunda) fase de discussão e votação, o **Projeto de Lei nº 22/2021**, que: “Autoriza abertura de crédito suplementar ao orçamento vigente, e dá outras providências”. Não havendo oradores, o Sr. Presidente submeteu em 2ª (segunda) fase de votação, o Projeto de Lei nº 22/2021, tendo sido aprovado por 08 (oito) votos. Pelo Sr. Presidente foi submetido em 2ª (segunda) fase de discussão e votação, o **Projeto de Lei nº 23/2021**, que: “Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 2.159, de 1º de outubro de 2009, e dá outras providências”. Não havendo oradores, o Sr. Presidente submeteu em 2ª (segunda) fase de votação, o Projeto de Lei nº 23/2021, tendo sido aprovado por 08 (oito) votos. Pelo Sr. Presidente foi submetido em 2ª (segunda) fase de discussão e votação, o **Projeto de Lei Complementar nº 05/2021**, que: “Acrescenta o art. 135-A à Lei Complementar nº 80, de 23 de dezembro de 2014 – Código Tributário do Município de Paraisópolis, e dá outras providências”. Não havendo oradores, o Sr. Presidente submeteu em 2ª (segunda) fase de votação, o Projeto de Lei Complementar nº 05/2021, tendo sido aprovado por 08 (oito) votos. Pelo Sr. Presidente foi submetido em 1ª (primeira) fase de discussão e votação, o **Projeto de Lei nº 24/2021**, que: “Ratifica o Protocolo de Intenções e autoriza o ingresso do Município de Paraisópolis em Consórcio Intermunicipal, e dá outras providências”, de autoria do Executivo Municipal. Fez uso da palavra Vereador Antonio Felix Teixeira Neto. Comentou que o consórcio realizado entre os Municípios de Paraisópolis, Consolação, Cambuí e Córrego do Bom Jesus, visa o asfaltamento e o recapeamento das rodovias que liga os Municípios. Diante disso, disse que a obra já é esperada por um longo período. Ressaltou a importância para a industrialização do Município. Usando a palavra Vereador Alfredo Faria Lopes de Paiva. Disse que, após a construção de um

pequeno trecho, foi aguardado por muito tempo, que o referido asfalto fosse realizado entre todos os Municípios acima citados. Diante disso, comentou que o projeto já foi licitado, aguardando então, a licitação da empresa que o executará. Fez uso da palavra Vereador José Ildeu de Castro. Disse que a situação perdura por dezenas de anos. Diante disso, comentou sobre a falta de comprometimentos dos gestores dos Municípios ora citados. Não havendo mais oradores, o Sr. Presidente submeteu em 1ª (primeira) fase de votação, o Projeto de Lei nº 24/2021, tendo sido aprovado por 08 (oito) votos. Pelo Sr. Presidente foi submetido em 1ª (primeira) fase de discussão e votação, o **Projeto de Lei nº 25/2021, que:** “Dá nova redação a Ementa e ao art. 1º da Lei nº 2.595, de 12 de setembro de 2018, e revoga o seu art. 5º e dá outras providências”, de autoria do Executivo Municipal. Usando a palavra Vereador Rômulo Lúcio Rosa. Questionou a necessidade de contratação dos Agentes Comunitários de Saúde, visto que, a Prefeitura Municipal está concedendo férias-prêmio a seus funcionários. Não havendo mais oradores, o Sr. Presidente submeteu em 1ª (primeira) fase de votação, o Projeto de Lei nº 25/2021, tendo sido aprovado por 08 (oito) votos. Pelo Sr. Presidente foi submetido em 1ª (primeira) fase de discussão e votação, o **Projeto de Lei nº 26/2021, que:** “Autoriza o Município de Paraisópolis a contratar com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A – BMDG, operações de crédito com outorga de garantia, e dá outras providências”, de autoria do Executivo Municipal. Fez uso da palavra Vereador Antonio Felix Teixeira Neto. Ao comentar o presente projeto, falou que através de indicação de sua autoria, sugeriu ao Executivo Municipal que aderisse ao convênio, a fim de realizar a aquisição de lâmpadas de Led. Ressaltou que as referidas lâmpadas, além de serem econômicas e de fácil manutenção, trarão segurança aos bairros. Usando a palavra Vereador Alfredo Faria Lopes de Paiva. Manifestou-se satisfeito com o convênio. Em seguida, comentou que a partir de cobranças ao ex Prefeito Municipal, o mesmo atendeu as

solicitações referente a instalação de lâmpadas de Led. Diante disso, comentou a aprovação do Projeto de Lei, que determina que a iluminação dos novos loteamentos seja de lâmpadas de Led. Nesse sentido, disse que mesmo que as parcelas ultrapassem o presente mandato, é favorável a contratação do financiamento. Falou que a lâmpadas além de serem econômicas, trará segurança as pessoas, ressaltando a segurança das mulheres. Fez uso da palavra Vereador Rômulo Lúcio Rosa. Sugeriu a criação de uma Emenda Parlamentar, referente a redução da taxa de iluminação pública. Disse ainda, que deve estar na licitação, a descrição da voltagem das lâmpadas. Sugeriu ainda, que o Executivo Municipal, após concluir a instalação das lâmpadas Led, conceda a isenção da taxa de iluminação pública, as residências que consumirem até 150 (cento e cinquenta) Watts. Usando a palavra Vereador Ademar Guimarães do Prado. Parabenizou o Vereador Antonio Felix Teixeira Neto, pela busca das informações relativas ao financiamento. Ressaltou que o prazo das parcelas é determinado pelo banco, não podendo a Prefeitura Municipal alterá-lo. Em seguida, solicitou ao Vereador Antonio Felix Teixeira Neto, que verifique juntamente com o executivo Municipal, informações referentes a economia a ser gerada, para que posteriormente seja discutida a redução da taxa de iluminação pública. Fez uso da palavra Vereador Antônio José da Silva. Ao parabenizar o Vereador Antonio Felix Teixeira Neto, manifestou-se favorável ao Projeto. Que o mesmo trará benefício ao Município. Que se cada gestão fazer um pouco, Paraisópolis irá evoluir. Nesse sentido, disse que, ao findar o financiamento, a presente gestão poderá realizar um novo financiamento, dando sequência ao mesmo. Usando a palavra Vereador José Aparecido Siqueira Campos. Manifestou-se desfavorável ao projeto, disse que, acredita que o Executivo Municipal deve trabalhar dentro do orçamento do vigente mandato. Nesse sentido, disse que se é necessário fazer o financiamento, que seja reduzida as parcelas, a fim de que, o mesmo se

encerre durante esta gestão. Explanou que assim como os Vereadores, o Executivo Municipal não deverá deixar dívidas para a futura administração. Retomou a palavra Vereador Antonio Felix Teixeira Neto. Ao reiterar as palavras do Vereador Ademar Guimarães do Prado, explanou que o financiamento é realizado virtualmente, através da plataforma do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Que o mesmo realizou o parcelamento diante do perfil de cada Município. Sendo assim, disse que o parcelamento proposto está dentro do planejamento de Paraisópolis. Comentou ainda, que a Sra. Vilma, do setor financeiro da Prefeitura Municipal, informou que Paraisópolis possui condições no pagamento das parcelas propostas pelo Banco acima citado. Diante disso, ressaltou que os prazos não podem ser alterados. Por fim, disse que devido aos números de parcelas, o Município poderá pagá-las sem prejudicar seu orçamento. Ao retomar a palavra Vereador José Aparecido Siqueira Campos. Manifestou contrário as palavras de seu antecessor. Disse que se o Banco está concordando com o valor, que o mesmo seja reduzido pela metade, pois as parcelas também serão reduzidas. Explanou que as parcelas sendo reduzidas, caberá dentro do vigente mandato. Retomou a palavra Vereador Antonio Felix Teixeira Neto. Explanou que deve ser verificada a possibilidade de alterações, pois a pré-inscrição já foi realizada no Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Diante disso, ressaltou a necessidade da instalação das lâmpadas de Led, visto que, há muitos bairros com precariedade na iluminação pública. Usando a palavra Vereador José Ildeu de Castro. Comentou que o valor a ser financiado, não será suficiente. Diante disso, sugeriu a elaboração de um levantamento, e que posteriormente seja encaminhado a Casa, Projeto visando dar sequência a instalação das lâmpadas de Led. Desse modo, não deixará problemas para o próximo Executivo Municipal. Nesse sentido, solicitou ao departamento responsável, que independente da instalação das lâmpadas de Led, tomem providências quanto a precariedade da iluminação

pública do Município. Se referindo a iluminação pública, diante do questionamento de uma moradora do Bairro Residencial Paraíso, a qual relata a falta de iluminação nas proximidades da Rua Avelino Ribeiro, solicitou ao setor responsável, que tomem as devidas providências. Ao retomar a palavra Vereador Ademar Guimarães do Prado, reiterando as palavras dos demais Vereadores, disse que o Projeto é importante para o Município. Que a partir da documentação solicitada, nem todas as cidades conseguem realizar o financiamento. Falou que diante da economia a ser gerada, o Executivo Municipal poderá efetuar os pagamentos das parcelas. Nesse sentido, não deixará débitos para o próximo Prefeito Municipal. Em seguida, comentou que Prefeitura Municipal, possui gastos muito altos com a iluminação de praças e repartições públicas. Diante disso, manifestou seu anseio, que com a troca das lâmpadas, possa ser gerada economia para o Município. Ao usar a palavra, Vereador Antônio José da Silva, questionou o que está acontecendo com a cidade diante dos problemas com o lixo e com a iluminação pública. Nesse sentido, disse que no dia de receber os subsídios, os funcionários comparecem. Ressaltou que todos os Vereadores estão sendo questionados, quanto aos problemas com a iluminação pública. Finalizou solicitando agilidade, a empresa prestadora do serviço de manutenção de iluminação pública. Retomou a palavra Vereador José Aparecido Siqueira Campos. Ressaltou que deseja a referida melhoria para o Município. Mas, explanou que é contra o referido projeto, visto que, a dívida irá ultrapassar o vigente mandato. Sendo assim, sugeriu que fosse financiado a metade do valor, com a respectiva diminuição das parcelas. Que caso necessário, o próximo Executivo Municipal realize um novo financiamento. Falou da reunião com a Sra. Vera, a qual informou das possíveis dificuldades financeiras que o município enfrentará. Disse que, sabendo que os anos de 2022 (dois mil e vinte e dois) e 2023 (dois mil e vinte e três), o município enfrentará dificuldades financeiras, se posiciona contra o presente projeto.

Vereador Antonio Felix Teixeira Neto, ao fazer uso da palavra, indagou sobre como os munícipes que residem em bairros onde é precária a iluminação, estariam recebendo a informação, de um posicionamento contrário ao progresso da cidade. Nesse sentido, manifestou-se contrário as palavras de seu antecessor. Em resposta, Vereador José Aparecido Siqueira Campos, disse que a cidade está iluminada. Em seguida, comentou sobre o anseio das mães e pais que desejam que seus filhos nasçam na maternidade da cidade. Questionou seu antecessor dizendo, que como Vereador, o que mais vale, uma reabertura de maternidade ou iluminação. Que os recursos a serem utilizados, poderiam ser investidos na maternidade. Explanou que não deseja deixar os munícipes sem iluminação. Ressaltou que irá votar favorável aos projetos que versam sobre a reabertura da maternidade, educação e saúde. Que nossa iluminação não é das melhores, mas ainda possuímos iluminação. Em seguida, indagou-o novamente dizendo, se o município possui maternidade. Ao retomar a palavra, Vereador Antonio Felix Teixeira Neto, em resposta a seu antecessor, ressaltou que os assuntos são distintos. Que o projeto a ser votado, é referente a iluminação pública, sendo muito importante para as famílias Paraisópolisenses. Por fim, manifestou-se favorável ao projeto. Ao dirigir as palavras a seu antecessor, disse que respeita a opinião do mesmo, mas que anseia que os demais Vereadores votem favorável ao Projeto. Ao retomar a palavra Vereador Ademar Guimarães do Prado, disse que respeita a opinião do Vereador José Aparecido Siqueira Campos, mas que os assuntos são distintos. Que o projeto referente a reabertura da maternidade será apreciado pela Casa Legislativa. Explanou que o presente financiamento, é destinado diretamente para a iluminação pública, não podendo assim, ser destinado a outros órgãos. Vereador José Aparecido Siqueira Campos, ao retomar a palavra, disse que sabe que o projeto a ser votado se refere a iluminação. Em seguida, indagou os demais Vereadores dizendo, que se o valor de crédito solicitado fosse

realizado em sua metade, poderia ser solicitado o financiamento da outra metade, a qual seria destinada a reabertura da maternidade. Que diante do que foi exposto, questionou dizendo, se somente o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais poderá designar recursos, caso seja necessária uma linha de crédito para a reabertura da maternidade, onde a mesma será solicitada. Disse ainda, devido as informações das dificuldades financeiras a serem enfrentadas, que o financiamento deveria se findar durante o vigente mandato. Finalizou comentando que as discussões são passivas e que seu ponto de vista, visa o futuro. Retomou a palavra Vereador José Ildeu de Castro. Ressaltou novamente, que o valor não será necessário. Diante disso, solicitou que seja feito um levantamento dos recursos necessários para concluir o restante da cidade. Que os Bairros afastados da zona central, encontra-se com a iluminação precária. Ao se referir em economia, falou sobre as lâmpadas do Parque Antonio Felix Teixeira (Pernilongão), da Policlínica Municipal e das escolas, as quais permanecem acesas durante o período noturno, em que não há necessidade. Diante disso, solicitou que sejam tomadas as medidas cabíveis, pois a economia deve ser em âmbito geral. Usando a palavra Vereador Rômulo Lúcio Rosa. Reiterou as palavras do Vereador José Aparecido Siqueira Campos, dizendo que deve ser verificado com cuidado o que será direcionado. Ao retomar a palavra, Vereador José Ildeu de Castro, disse que os recursos são insuficientes. Que é necessário um planejamento, que caso seja necessário, antecipe e realize empréstimos nos bancos locais. Pois, a cidade não pode ficar sem iluminação e nem insegura. Vereador Ademar Guimarães do Prado, ao retomar a palavra, disse que o valor financiado do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, não será suficiente para concluir todo o município. Diante disso, comentou que o recurso solicitado, é o limite que pode ser oferecido ao Município. Falou sobre a realização de um levantamento da quantidade de postes, a fim de verificar se será possível realizar a troca das lâmpadas em

todo o Município. Finalizou dizendo que o Projeto de Lei, impactará no Município. Usando a palavra Vereador Alfredo Faria Lopes de Paiva. Disse que, ao contratar um novo financiamento, não será realizada a troca em toda a cidade, mas sim, em mais uma parcela. Que se cada Prefeito Municipal se dedicar em fazer parcela da cidade, aos poucos o Município terá lâmpadas de Led em sua totalidade. Explicou que o Executivo Municipal, poderá contratar apenas o recurso oferecido. Que caso o mesmo queira economizar, poderá dispensar três cargos comissionados. Retomou a palavra, Vereador José Ildeu de Castro. Comentou que, diante dos recursos, caso não dê para concluir as obras, as mesmas ficarão paradas. Que caso o próximo Prefeito Municipal, não dê continuidade, a população será penalizada. Nesse sentido, falou que as obras devem ser realizadas em sua totalidade, caso não, os moradores que residem nos bairros que não serão contemplados, ficarão revoltados. Não havendo mais oradores, o Sr. Presidente submeteu em 1ª (primeira) fase de votação, o Projeto de Lei nº 26/2021, tendo sido aprovado por 07 (sete) votos. Pelo Sr. Presidente foi submetido em 1ª (primeira) fase de discussão e votação, o **Projeto de Lei nº 27/2021**, que: “Dispõe sobre a criação da Brigada Municipal de Paraisópolis, e dá outras providências, de autoria do Executivo Municipal. Não havendo oradores, o Sr. Presidente submeteu em 1ª (primeira) fase de votação, o Projeto de Lei nº 27/2021, tendo sido aprovado por 07 (sete) votos. Pelo Sr. Presidente foi submetido em 1ª (primeira) fase de discussão e votação, o **Projeto de Lei nº 28/2021** que: “Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 2.163, de 12 de novembro de 2009, e dá outras providências”, de autoria do Executivo Municipal. Não havendo oradores, o Sr. Presidente submeteu em 1ª (primeira) fase de votação, o Projeto de Lei nº 28/2021, tendo sido aprovado por 08 (oito) votos. Pelo Sr. Presidente foi submetido em 1ª (primeira) fase de discussão e votação, o **Projeto de Lei nº 29/2021**, que: “Institui o Fundo Municipal de Trânsito, cria o Conselho Municipal de Trânsito, e dá outras providências”,

de autoria do Executivo Municipal. Não havendo oradores, o Sr. Presidente submeteu em 1ª (primeira) fase de votação, o Projeto de Lei nº 29/2021, tendo sido aprovado por 08 (oito) votos. Pelo Sr. Presidente foi submetido em 1ª (primeira) fase de discussão e votação, o **Projeto de Lei Complementar nº 07/2021**, que: “Altera a Lei Complementar Nº 22, de 02 de janeiro de 2002 que contém o Código de Posturas Municipais, de autoria do Executivo Municipal. Usando a palavra Vereador Alfredo Faria Lopes de Paiva. Comentou que quase mensalmente, são realizadas reclamações quanto os cavalos soltos que percorrem pelo município, ressaltando os cavalos que invadem o Cemitério Jardim. Que após falar com o fiscal da Prefeitura Municipal, foi informado da dificuldade da aplicação de multa. Diante disso, explanou que pela lei atual, os animais serão recolhidos, ficando até dez dias aos cuidados do setor responsável. Ressaltou que durante este período, os animais irão gerar custos ao Executivo Municipal. Que o presente Projeto, visa reduzir o tempo de acolhimento dos referidos animais. Por fim, agradeceu ao Executivo Municipal, por atender à solicitação dos Vereadores. Fez uso da palavra Vereador Ademar Guimarães do Prado. Explanou sobre a redução do tempo de apreensão dos animais, sendo de dez dias para dois dias. Em seguida, solicitou aos proprietários dos animais, que tomem as providências, retirando os animais de circulação das ruas, evitando assim, possíveis transtornos. Não havendo mais oradores, o Sr. Presidente submeteu em 1ª (primeira) fase de votação, o Projeto de Lei Complementar nº 07/2021, tendo sido aprovado por 08 (oito) votos. Pelo Sr. Presidente foi submetido em única fase de discussão e votação, o Requerimento nº 124/2021, de autoria do Vereador Rômulo Lúcio Rosa, solicitando ao Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, informações acerca da compra do imóvel realizado pelo SAAE junto à Arquidiocese de Pouso Alegre, nos seguintes termos: O valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) referente à aquisição do referido imóvel pelo SAAE foi adimplido de que

forma? Pagamento em espécie no ato de celebração da escritura de compra e venda? Realização de TED? A referida transferência financeira fora realizada para a conta de titularidade do Procurador instituído ou na conta da própria Arquidiocese de Pouso Alegre? Por fim, que cuide de encaminhar, acaso existente, o empenho da referida compra e venda. Usando a palavra o autor. Explanou que as informações solicitadas, visam verificar como foi realizada a aquisição do imóvel acima citado. Não havendo mais oradores, o Sr. Presidente submeteu em única fase de votação, o Requerimento nº 124/2021, tendo sido aprovado por 08 (oito) votos. Pelo Sr. Presidente foi submetido em única fase de discussão e votação, o Requerimento nº 125/2021, de autoria do Vereador Rômulo Lúcio Rosa, solicitando ao Executivo Municipal, informações detalhadas e cópia de todos os documentos pertinentes referente ao Loteamento popularmente conhecido como “Zé Ferreira”, localizado entre os Bairros: Lavapés e Portobello conforme segue: Cópia de alvarás e habite-se concedidos ao referido empreendimento imobiliário; Onde encontra-se situado o referido loteamento do Sr. José Ferreira? A Prefeitura possui alguma documentação sobre o referido empreendimento? Em caso afirmativo, enviar cópia da documentação, tais como: mapa de local, alvarás de construções, benfeitorias, etc; A Prefeitura tem plano para regularizar este loteamento? A Prefeitura tem ciência sobre todos os critérios determinados por lei para a liberação de um loteamento? Se a Prefeitura em algum momento interviu com alguma obra ou benfeitoria no referido loteamento; Sabe-se que o loteamento fica acima do Bairro dos Lavapés. Nesse caso, é possível afirmar que os danos causados em diversos logradouros públicos do referido bairro durante as fortes chuvas do mês de janeiro do corrente ano tenham sido por irregularidades e falta de estrutura deste loteamento? Se Prefeitura tem ciência sobre os moradores que atualmente residem no referido loteamento. Fez uso da palavra o autor. Comentou que as informações visam conhecer o

referido loteamento. Usando a palavra Vereador Ademar Guimarães do Prado. Disse que o referido local está irregular. Sendo assim, falou que acredita que o local não está registrado na Prefeitura Municipal. Diante disso, falou sobre os empresários que realizam a venda de lotes irregulares, causando transtornos aos compradores. Por fim, disse que, com as informações solicitadas, poderão providenciar a legalização do local acima citado. Fez uso da palavra Vereador José Aparecido Siqueira Campos. Ao reiterar as palavras de seu antecessor, afirmou que alguns terrenos do local mencionado, possuem documentação. Ao retomar a palavra Vereador Ademar Guimarães do Prado, comentou que após a compra, os proprietários conseguem retirar a escritura do terreno. Mas, que perante a Prefeitura Municipal, o mesmo não existe. Que a administração não deu apoio aos munícipes que compraram terrenos no local. Diante disso, ao se ferir aos loteamentos irregulares, falou que os próximos loteamentos não podem ser legalizados. Caso contrário, dará abertura para que novos empresários realizem a construção de loteamentos irregulares. Explanou que um dos proprietários de lotes do local citado, Sr. José Ferreira, por seu terreno não possuir infraestrutura, o mesmo cedeu as manilhas para serem instaladas. Por fim, manifestou seu anseio, quanto o Executivo Municipal realizar melhorias necessárias no local acima citado. Nesse sentido, falou da indicação de sua autoria, na qual solicita o calçamento das ruas do referido loteamento. Ao retomar a palavra Vereador José Aparecido Siqueira Campos. Reiterando as palavras de seu antecessor, comentou sobre a possível elaboração de um anteprojeto, visando a regularização dos loteamentos, assim como, a regularização dos imóveis dos bairros já existentes do Município. Diante disso, falou que caso as famílias carentes não tenham condições financeiras, que o executivo Municipal, auxilie-os na retirada da escritura de seus imóveis. Usando a palavra Vereador José Ildeu de Castro. Disse que, independente da legalidade, diante da situação que se encontra as vias do

local, devem ser tomadas as devidas providências. Não havendo mais oradores, o Sr. Presidente submeteu em única fase de votação, o Requerimento nº125/2021, tendo sido aprovado por 08 (oito) votos. Pelo Sr. Presidente foi submetido em única fase de discussão e votação, o Requerimento nº 126/2021, de autoria do Vereador Alfredo Faria Lopes de Paiva. Calçado no que se encontra expresso nos artigos 36, XIII e 72, parágrafo único, alínea “e”, da Lei Orgânica Municipal, bem como, no artigo 87, IX, do Regimento Interno, seja expedida convocação a Servidora Pública Municipal, Lidiane Evelin Tabata Soares, lotada no Departamento Adjunto de Planejamento e Gestão, no cargo de Ouvidor Municipal, para comparecer perante o Plenário desta Casa Legislativa, às 17h00 (dezesete horas) do dia 14 de junho de 2021, a fim de prestar esclarecimentos e dirimir dúvidas acerca das ações, atribuições e encaminhamentos engendrados pela Ouvidoria Pública do Município de Paraisópolis. Usando a palavra Vereador Antonio Felix Teixeira Neto. Ao comentar que a Sra. Lidiane Evelin Tabata Soares, é secretária particular do Prefeito Municipal, questionou o motivo de sua convocação. Diante disso, solicitou o adiamento do presente requerimento. Fez uso da palavra, o autor. Reiterado as palavras de seu antecessor o indagou dizendo, se a Sra. Lidiane Evelin Tabata Soares, é secretária particular do prefeito ou ocupa cargo na Ouvidoria pública Municipal. Em resposta, Vereador Antonio Felix Teixeira Neto, disse que para isso, ela não precisa comparecer a Câmara Municipal. Que não é necessário a sua convocação. Que a informação pode ser solicitada através de requerimento. Retomou a palavra Vereador Alfredo Faria Lopes de Paiva. Disse que a partir da divergência surgida, deseja ainda mais que a mesma compareça a Casa de Leis. Que qualquer funcionário público, independente do cargo que ocupa, após a convocação, devem se apresentar. Ao dirigir as palavras ao seu antecessor, falou que não esperava a reação que o mesmo apresentou. Que diante das divergências das informações, que Sra.

Lidiane Evelin Tabata Soares, deve comparecer para esclarece-las. Usando a palavra Vereador Rômulo Lúcio Rosa. Manifestou-se favorável as palavras de seu antecessor. Ressaltou que o Regimento Interno autoriza a convocação de qualquer funcionário da administração pública, ocupante de cargo comissionado. Por fim, ao se manifestar favorável ao requerimento, disse que deve ser convocado qualquer funcionário, para que sejam fornecidas as informações necessárias. Fez uso da palavra, Vereador José Aparecido Siqueira Campos. Questionou em qual função a Sra. Lidiane Evelin Tabata Soares está inscrita. Em resposta, Vereador Rômulo Lúcio Rosa, informou que a mesma está descrita como funcionária da Ouvidoria Pública Municipal. Ao retomar a palavra Vereador José Aparecido Siqueira Campos, disse que diante da informação apresentada pelo Vereador Antonio Felix Teixeira Neto, é de grande importância a presença da Sra. Lidiane Evelin Tabata Soares, para que a mesma possa sanar as referidas questões previamente levantadas. Vereador Antonio Felix Teixeira Neto, ao retomar a palavra, explanou que se expressou indevidamente ao informar as atribuições da Sra. Lidiane Evelin Tabata Soares. Diante disso, falou que a mesma presta assessoria ao Prefeito Municipal, mas que, ocupa cargo na Ouvidoria pública Municipal. Ressaltou sua opinião, de que não há necessidade de convocar a mesma. Que a Câmara Legislativa não é um tribunal de inquisição. Por fim, manifestou-se contra a convocação Sra. Lidiane Evelin Tabata Soares. Disse ainda, que há outros meios de obter informações. Nesse sentido, solicitou o adiamento da referida convocação. Em seguida, diante da solicitação de adiamento realizada pelo Vereador Antonio Felix Teixeira Neto, pelo Sr. Presidente foi submetido em única fase de discussão e votação, o adiamento, da discussão e votação do Requerimento nº 126/2021, de autoria do Vereador Alfredo Faria Lopes de Paiva. Ao fazer uso da palavra, Vereador Alfredo Faria Lopes de Paiva, explanou que, de acordo com o Art. 207 (duzentos e sete) do Regimento

Interno “O adiamento de discussão de qualquer proposição estará sujeito à aprovação do Plenário e somente poderá ser proposta na fase destinada à Ordem do Dia, antes durante e logo após a sua discussão”. Diante disso, falou que o Requerimento por ser uma proposição, é passivo de adiamento. Nesse sentido, agradeceu ao jurídico da casa, que tão logo verificou as informações. Usando a palavra Vereador Antonio Felix Teixeira Neto. Falou que seu pedido de adiamento, é relacionado a falta de necessidade a convocação da Sra. Lidiane Evelin Tabata Soares. Que há outros meios de solicitar informações. Fez uso da palavra Vereador Ademar Guimarães do Prado. Solicitou desculpas pela antecipação de conclusão do requerimento. Não havendo mais oradores, o Sr. Presidente submeteu em única fase de votação, o adiamento do Requerimento nº 126/2021, tendo sido reprovado por 07 (sete) votos. Diante do resultado, pelo Sr. Presidente foi submetido em única fase de votação, o Requerimento nº 126/2021, tendo sido aprovado por 07 (sete) votos. Pelo Sr. Presidente foi submetido em única fase de discussão e votação, o Requerimento nº 127/2021, de autoria do Vereador José Aparecido Siqueira Campos, solicitando ao Executivo Municipal, que seja encaminhado a esta Casa Legislativa, dentro do prazo Legal e Regimental, as seguintes informações: Quais critérios estão sendo adotados pelo Executivo Municipal para a concessão de férias-prêmio dos Servidores Públicos Municipais? Quais critérios têm sido observados e levados em consideração pelo Executivo Municipal, quando da concessão de gratificações aos Servidores Públicos Municipais? Usando a palavra o autor. Explanou que o presente requerimento, é oriundo de questionamentos dos munícipes, que desejam obter informações quanto os critérios utilizados durante concessão de férias-prêmio e gratificações aos funcionários públicos. Que por não possuir respostas, solicitou tais informações. Fez uso da palavra Vereador Rômulo Lúcio Rosa. Ao parabenizar o autor, falou que há reclamações dos funcionários públicos. Usando a palavra Vereador Fábio

Lucas Carlos. Comentou que como funcionário público, realiza este questionamento a quatorze anos. Ao dizer que as férias-prêmio é um prêmio para que o funcionário goze de laser, falou que no decorrer dos anos, a Prefeitura Municipal as concedeu a funcionários que estavam enfermos. Fez uso da palavra Vereador Alfredo Faria de Lopes de Paiva. Comentou que as férias-prêmio é usada para agradar os amigos do Prefeito Municipal, ou usada para afastar funcionários que o Executivo Municipal não deseja por perto. Disse ainda, que cada Prefeito Municipal possui uma forma de conceder o benefício. Por fim, parabenizou o autor. Não havendo mais oradores, o Sr. Presidente submeteu em única fase de votação, o Requerimento nº127/2021, tendo sido aprovado por 07 (sete) votos. Pelo Sr. Presidente foi submetido em única fase de discussão e votação, o Requerimento nº 128/2021, de autoria do Vereador Rômulo Lúcio Rosa, solicitando ao Executivo Municipal, informações acerca do Convênio nº 01/2012 – Convênio de Cooperação técnica entre Paraisópolis/Gonçalves, conforme segue: Se o Convênio continua vigente; Caso negativo, informar se ele foi rescindido, contendo o porquê e a data; Se nesse período houve algum aditivo no Convênio, alterando o plano de trabalho, de manejo, entre outros. Usando a palavra o autor. Explanou que apesar do envio do Convênio, desconhecem a origem do mesmo. Diante disso, comentou a resposta encaminhada pela autarquia, a qual informa que a UTC (Unidade de Triagem e Compostagem) de Paraisópolis não possui balança para pesagem. Nesse sentido, falou que Paraisópolis está pagando pelo descarte dos resíduos do Município de Gonçalves. Questionou ainda, como saberão se o lixo a ser pesado, é somente resíduos coletados do nosso município. Fez uso da palavra Vereador José Aparecido Siqueira Campos. Ao parabenizar o autor, disse que os rejeitos coletados no Município de Gonçalves, são destinados ao Município de Taubaté-SP. Que os materiais recicláveis são destinados a UTC de Paraisópolis. Porém, falou que os materiais coletados

são contaminados, e posteriormente, são misturados com os rejeitos coletados em nosso Município. Diante disso, questionou se o rejeito ao ser destinado a LARA Central de Tratamento de Resíduos Ltda., é separado dos materiais recicláveis contaminados, os quais são coletados em Gonçalves. Usando a palavra Vereador Alfredo Faria Lopes de Paiva. Comentou que diante das afirmações realizadas por seu antecessor, ou o rejeito é aterrado, ou o município de Paraisópolis está pagando pela destinação dos materiais. Ressaltou a importância de apuração das referidas informações. Fez uso da palavra Vereador Antonio Felix Teixeira Neto. Ao relatar a visita realizada na UTR (Unidade de Triagem de Resíduos), antiga UTC, informou que, no local há caçambas sendo utilizadas na separação dos resíduos coletados de Paraisópolis e Gonçalves. Ressaltou que, tais medidas foram tomadas, após a cobrança dos Vereadores. Retomou a palavra Vereador José Aparecido Siqueira Campos. Ao manifestar seu ponto de vista, falou que o rejeito coletado em Gonçalves não passa pela UTC de Paraisópolis. Que o reciclável passa pela Unidade de Triagem e Compostagem, porém, disse que o material coletado é misturado a rejeitos. Questionou a destinação dada após a separação dos materiais recicláveis e rejeitos, os quais são coletados em Gonçalves e depositados na UTC de Paraisópolis. Diante disso, indagou dizendo, se o rejeito é destinado a LARA Central de Tratamento de Resíduos Ltda. juntamente com o rejeito coletado em nosso Município, ou então, é encaminhado da UTC, para o Município de Taubaté-SP. Usando a palavra Vereador Rômulo Lúcio Rosa. Ao reiterar as palavras de seu antecessor, disse que é um ótimo questionamento. Que devido ao fato da UTC não possuir balança de pesagem, não terá como verificar se os materiais a serem pesados é somente os que foram coletados em nosso Município. Diante disso, falou que no decorrer do percurso até a LARA Central de Tratamento de Resíduos Ltda., poderá ser colocado no mesmo veículo de transporte, materiais de outras cidades. Vereador José Aparecido Siqueira Campos, ao

retomar a palavra. Comentou as respostas encaminhadas, na qual o órgão fiscalizador, SAAE-Serviço Autônomo de Água e Esgoto, apesar de ter passado o período de quinze dias, está solicitando a prorrogação por igual período, para que possa averiguar as informações solicitadas. Diante disso, ressaltou que a autarquia por ser o órgão fiscalizador, tinha por obrigação possuir conhecimento, quanto as informações solicitadas. Ao retomar a palavra, Vereador Rômulo Lúcio Rosa, reiterou as palavras de seu antecessor citando o questionamento, o qual a autarquia não possui as informações. Fez uso da palavra Vereador Fábio Lucas Carlos. Sugeriu que fosse elaborado requerimento a ser encaminhado diretamente a Prefeitura de Gonçalves, para que a mesma preste os devidos esclarecimentos quantos as questões do lixo. Usando a palavra Vereador Alfredo Faria Lopes de Paiva. Ao reiterar as palavras de seu antecessor, explanou que não há possibilidade de encaminhar requerimento a outro Município. Mas, que poderá ser elaborado um ofício a ser encaminhado. Disse ainda, que poderá ser solicitado a Vereador do Município, que o mesmo elabore e encaminhe requerimento ao Executivo Municipal de Gonçalves. Fez uso da palavra Vereador José Ildeu de Castro. Disse que o assunto é questionável. Manifestou-se indignado, ao fato da UTC não possuir balança de pesagem, visto que, é necessário a fiscalização do material a ser destinado. Ao retomar a palavra, Vereador Rômulo Lúcio Rosa, falou que o SAAE solicitou a prorrogação do prazo de dois requerimentos. Reiterando o pedido, disse que diante da Lei Orgânica Municipal, será concedido a prorrogação do prazo, pelo período de cinco dias. Vereador José Aparecido Siqueira Campos, ao retomar a palavra, ressaltou que o maior órgão fiscalizador do lixo, é o SAAE, sendo assim, que a autarquia deveria ter as respostas. Que diante do regimento interno, o prazo será prorrogado pelo período de cinco dias. Não havendo mais oradores, o Sr. Presidente submeteu em única fase de votação, o Requerimento nº 128/2021, tendo sido aprovado por 08 (oito) votos. Pelo Sr. Presidente foi

submetido em única fase de discussão e votação, o Requerimento nº 129/2021, de autoria do Vereador José Aparecido Siqueira Campos. Tendo em vista, à obra que está sendo executada pelo Departamento de Obras da Prefeitura Municipal (dreno e corte de água) nas instalações da Creche Municipal de Educação Infantil “Erestina de Carvalho Almeida”, solicita ao Executivo Municipal, as seguintes informações: Nome do(a) engenheiro(a) responsável técnico pela referida obra e se após a sua conclusão, será observada a Emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, avaliando o serviço realizado, garantindo assim sua segurança aos servidores e usuários do referido prédio público. Usando a palavra o autor. Explanou que possui o intuito de buscar o máximo de melhorias para a Creche Municipal. Que há profissionais contratados pela Prefeitura Municipal, para realizar o acompanhamento da referida obra. Por fim, disse que, caso ocorra algum dano no local, havendo a necessidade de utilizar o documento, o mesmo estará disponível nesta de Casa. Não havendo mais oradores, o Sr. Presidente submeteu em única fase de votação, o Requerimento nº129/2021, tendo sido aprovado por 08 (oito) votos. Em seguida, Sr. Presidente submeteu em única fase de votação, o item 1 do ofício nº 024/2021, do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE, que o Diretor da referida Autarquia solicita dilação de prazo de até 15 dias corridos para disponibilizar informações acerca da quilometragem e a rota realizada pelo caminhão da Empresa THV (responsável pela coleta de lixo), tendo em vista que até o presente momento não foram disponibilizadas as informações, e cumprindo o Regimento Interno, esse prazo pode ser prorrogado por 5 dias. Não havendo oradores, o Sr. Presidente submeteu em única fase de votação, o Requerimento nº129/2021, tendo sido negado por 08 (oito) votos. Diante disso, Sr. Presidente informou que o prazo será prorrogado por 5 dias. Findos trabalhos da Ordem do Dia, declarada vaga a palavra, fazendo uso da mesma: usando a palavra Vereador Alfredo Faria Lopes de Paiva, convocou os

demais Vereadores para a reunião de Comissão Interna. Fez uso da palavra, Vereador Rômulo Lúcio Rosa. Comentou que ao verificar as informações encaminhadas pelo SAAE, observou que a partir do mês de outubro do ano de 2020 (dois mil e vinte), houve um relativo aumento nas toneladas dos resíduos sólidos. Diante disso, falou que acredita que Paraisópolis está pagando pela destinação dos resíduos coletados em Gonçalves. Em seguida, devido as reclamações de munícipes, questionou a falta de informativo no Banco do Bradesco. Pois o mesmo, esteve fechado devido a problemas relacionados ao Covid-19. Em seguida, solicitou que nos finais de semana, fosse retirada as tendas em frente ao Banco Caixa Econômica Federal, a fim de que, retome o tráfego do local. Na sequência, solicitou ao Executivo Municipal, que aplique na estrada do caminho da fé, “pó de pedra”, preferencialmente nos morros e locais escorregadios. Por fim, sugeriu ao Presidente do Asilo São Vicente de Paulo, Sr. Francisco Carlos Pereira, que realize a campanha “Adote um Vovô ou uma Vovó”, não só no final do ano, mas sim, durante todo ano. Que as pessoas físicas ou jurídicas, ao auxiliarem a instituição, poderão solicitar desconto no pagamento do Imposto de Renda. Usando a palavra Vereador José Ildeu de Castro. Ao falar da visita realizada na Praça Mon. senhor Dutra, comentou da precariedade da iluminação do local. Diante disso, falou que os jovens não estão se preocupando com a pandemia. Que os mesmos estavam constantemente utilizando o banheiro da Rodoviária Velha, e que no local não havia nenhum guarda municipal. Finalizou, falando do local onde se encontra o controle interno da Prefeitura Municipal, o qual está instalado na Garagem do Município. Nesse sentido, disse que por diversas vezes ao se deslocar ao local, o mesmo encontrava-se fechado. Porém, disse que durante sua última visita, ao questionar o funcionário responsável, o mesmo informou que as mercadorias são entregues no respectivo local, mas, que cabe a ele transportar para o destinatário final. Diante disso, questionou como fica o trabalhador, sendo

que, o controle interno é aliado da Prefeitura Municipal. Comentou que durante os anos passado, haviam três funcionários, mas que no momento, há apenas um funcionário no local. Disse ainda, que o local diante de sua importância, merece uma melhor estrutura. Não havendo mais oradores, Sr. Presidente convocou os demais Vereadores, para a próxima Sessão Ordinária, a ser realizada no dia 07 (sete) de junho, no local e hora de costume. Nada mais a ser tratado, o Sr. Presidente declarou encerrada a presente Sessão. Para constar, lavrou-se a presente ata, que lida e achada conforme vai por todos os Vereadores assinada. Eu, _____, secretário que a redigi e assino.

José Ildeu de Castro

Fábio Lucas Carlos

Antônio José da Silva

Ademar Guimarães do Prado

José Aparecido Siqueira Campos

Marcos José das Neves

Alfredo Faria Lopes de Paiva

Rômulo Lúcio Rosa

Antonio Felix Teixeira Neto

